



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos,
raça/etnia, sexualidades**

Sub-eixo: Relações Patriarcais de gênero, sexualidade, raça e etnia

A TRAJETÓRIA DOS ESTUDOS TRANS NO BRASIL: NOTAS PARA UM DEBATE

MABLY JANE TRINDADE TENENBLAT¹

RESUMO:

O presente texto tem por objetivo precípua discutir a o percurso histórico dos estudos relacionados à transexualidade no Brasil e seus rebatimentos na produção intelectual do Serviço Social brasileiro. Com tal propósito, realizou-se um ensaio bibliográfico no qual foi possível constatar o inequívoco fato de que, nas últimas décadas, a categoria profissional aproximou-se sobremaneira das discussões relacionadas ao debate trans, produzindo – sobretudo a partir dos anos 2000 – uma vasta literatura sobre diversidade sexual, relações de gênero, transexualidade, travestilidades, dentre outros temas correlatos. Trata-se, contudo, de um debate que ainda exige aprofundamentos teóricos e, por óbvio, também, práticos no âmbito da profissão, uma vez que o Serviço Social precisa acompanhar a realidade em constante movimento. A metodologia adotada para elaboração desse artigo privilegiou, essencialmente, referências bibliográficas fundamentais sobre o tema.

Palavras-chave: Estudos Trans. Transexualidade. Gênero. Diversidade Sexual. Serviço Social.

ABSTRACT:

The main objective of this essay is to discuss the historical trajectory of studies related to transsexuality in Brazil and their impact on the intellectual production of Brazilian Social Work. To this end, a bibliographical essay was carried out in which it was possible to confirm the unequivocal fact that, in recent decades, the professional category has become increasingly involved in discussions related to the trans debate, producing – especially since the 2000s – a vast literature on sexual diversity, gender relations, transsexuality, transvestism, among other related topics. However, this is a debate that still requires theoretical and, obviously, practical developments

¹ Universidade Federal do Piauí



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

within the scope of the profession, since Social Work needs to keep up with a constantly changing reality. The methodology adopted to prepare this article essentially prioritized fundamental bibliographical references on the subject.

Keywords: Trans People Studies. Transsexuality Gender. Sexual Diversity. Social Work.

INTRODUÇÃO

Minha vida tem sido uma constante luta contra a natureza! Reafirmo minha rebeldia contra a natureza, contra o “estabelecido”, contra tudo aquilo que nos roube a “esperança”. Reafirmo minha rebeldia contra tudo aquilo que nos negue, antes de tudo, nossas vidas².

O que há de novo no debate sobre transexualidade, gênero e diversidade sexual, em especial no âmbito das discussões suscitadas no âmbito do Serviço Social brasileiro? Como a profissão tem se aproximado de tais temáticas nas duas últimas décadas e qual vem sendo o saldo destas sucessivas aproximações?

Longe de oferecer respostas, no presente artigo, pretende-se refletir sobre tais questionamentos, discutindo os principais desafios e dilemas enfrentados em nossa profissão, como a crítica de uma parte significativa da categoria profissional àqueles temas, tachados, por vezes, de “identitarismos”, como se, ao abordá-los, a importância da “classe” fosse desconsiderada e/ou fragmentada.

Cumpram mencionar, inicialmente, que quando os chamados estudos trans lançaram luz ao debate de categorias como transexualidades, transgeneridades, travestilidades, gênero, relações de gênero e diversidade sexual, abriram um enorme e profícuo espaço para se compreender como se manifestam as suas expressões contemporâneas, que marcam as subjetividades das ditas “minorias sexuais e de gênero”, bem como os desafios enfrentados pelo Serviço Social brasileiro em seu cotidiano profissional, no que se refere a essas temáticas.

Tais desafios pululam diuturnamente no atendimento à população trans, uma vez que este campo imprime antigas e novas demandas à categoria profissional, como, a título de exemplificação: atuar no enfrentamento à transfobia³, à lgbtfobia⁴. intervir nas novas configurações

² Joel Maldonado, cartunista e ativista do Movimento Trans Espanhol.

³ A transfobia pode ser compreendida como um grave quadro de hostilidade e violência contra pessoas trans, submetidas ou não à cirurgia de transgenitalização. Não se manifesta, todavia, de maneira homogênea, pois há significativas diferenças relacionadas a raça, etnia, classe socioeconômica e cultural, grau de instrução, idade, entre outros marcadores sociais (TRINDADE, 2014).

⁴ Terminologia usada para abarcar todas as formas de violência contra pessoas LGBTI+, na qual a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

e múltiplas expressões da questão social, relacionadas, sobretudo, às discriminações de gênero, assegurar a promoção da cidadania das pessoas LGBTI+⁵, dentre outras demandas que emergem diuturnamente no solo do Serviço Social brasileiro.

Nesse sentido, no presente artigo pretende-se discutir o percurso histórico dos estudos relacionados à transexualidade no Brasil e seus rebatimentos na produção intelectual do Serviço Social.

Com tal propósito, o texto foi estruturado em duas seções de análise. Na primeira, discute-se o percurso de crescente autonomização do campo de estudos sobre as pessoas trans no Brasil, a partir das décadas finais do século XX, quando a temática ainda estava largamente subsumida às pesquisas sobre homossexualidade masculina.

A segunda seção, por sua vez, defende a hipótese de que não é possível para o Serviço Social atender a população trans com competência técnica e ético-política sem compreendê-la, em especial, a partir das lentes de gênero, da diversidade sexual e, também, da transfobia, por vezes, institucional e estrutural que assola inúmeros espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social. Ademais, tais conceitos trouxeram para o debate público questões antes encerradas e trancadas no ambiente doméstico e privado.

Para desvelar essas discussões, é preciso afirmar, também, que gênero e identidade de gênero se informam mutuamente na complexa realidade brasileira, a fim de se traçar mediações sobre os eixos de opressão (patriarcado, sexismo, machismo e cis-heteronormatividade). Tais eixos atravessam indivíduos trans em suas múltiplas dimensões constitutivas, devendo ser necessário recorrer a outras matrizes analíticas, além das referenciadas tradicionalmente, para captar suas expressões concretas, como as contribuições trazidas pelo feminismo e pelos estudos trans.

motivação principal é sua identidade de gênero e/ou orientação sexual, não podendo ser compreendida como algo de simples motivação pessoal, pois, se trata de um fenômeno social, construído e consolidado por meio de projetos de sociedade disseminados por instituições para criar ideologia e cultura. A lgbtfobia possui impactos em todas as áreas de vivência das pessoas LGBTI+, principalmente na educação e na formação do ser social. Tais impactos rebatem na forma de vivências e sobrevivências no lazer, no trabalho, na saúde, dentre outros espaços da vida em sociedade. Disponível em <https://www.cidadanialgbt.ms.gov.br/lgbtfobia/#:~:text=LGBTfobia%20%C3%A9%20a%20terminologia%20usada.atrav%C3%A9s%20de%20projetos%20de%20sociedade>. Acesso em 18.08.2024.

⁵ O uso da sigla LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) foi acordado na I Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos voltados à população LGBT, realizada, em 2008, em Brasília, sendo difundida a partir de então (TRINDADE, 2014). Cabe destacar, ainda, que a sigla foi sendo modificada para abarcar novas identidades de gêneros e orientações sexuais. Atualmente, portanto, os movimentos sociais têm utilizado a terminologia LGBTQIAP+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Trans, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e o + simbolizando o caráter inclusivo da referida sigla).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

As considerações finais tratam, de forma breve, das repercussões desencadeadas pela produção intelectual do Serviço Social brasileiro relativa às desigualdades de gênero, diversidade sexual e transexualidade.

1. A autonomização do campo de estudos sobre as pessoas trans no Brasil

Cabe mencionar que os primeiros estudos acadêmicos sobre as identidades trans apresentavam um foco quase exclusivo nas vivências das travestis, perpassando a evolução de suas articulações sociais e políticas. O fenômeno da Transexualidade, por sua vez, só emerge e ganha visibilidade quando a temática do acesso à saúde passa a se desenvolver autonomamente.

De acordo com Don Kulick⁶ (1998, p. 21):

O termo 'travesti' deriva do verbo 'transvestir' que pode ter o sentido de vestir roupas do sexo oposto (ou *cross-dress*, em inglês). Porém, as travestis não se caracterizam apenas por usar roupas de mulher. A principal característica das travestis de Salvador, e de todo o Brasil, é que elas adotam nomes femininos, roupas femininas, penteados e maquiagem femininos, pronomes de tratamento femininos (...).

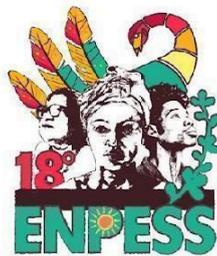
Por meio desses processos mencionados, as travestis constroem e reconstróem não somente o seu corpo, mas, também, a sua identidade e o seu gênero, criando esse amálgama chamado travesti. É importante destacar, todavia, que para Kulick (1998), a despeito de tais transformações, muitas das quais majoritariamente irreversíveis, as travestis não se definem como mulheres.

O avanço das pesquisas sobre travestilidades gradualmente foi revelando uma pluralidade de possibilidades de inteligibilidade social e performance de gênero no âmbito desses espectros identitários.

Nesse sentido, a identidade travesti foi fortemente desenhada não apenas por uma expressão de gênero feminino, mas por intermédio de reiterados processos de construção e reconstrução dos corpos, inclusive destacados por Hélio Silva⁷ (1993), em sua pesquisa com travestis da Lapa, que recorrem a inúmeras práticas, tais como a aplicação de silicone industrial, a remoção de pelos e o uso de hormônios.

⁶ Antropólogo norte-americano, que viveu na Suécia mais de 25 anos, escreveu a obra "Travesti", fruto de seu trabalho de campo realizado entre os anos 1996 e 1997, em Salvador (BA).

⁷ Bacharel em História pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, licenciado em História pela Faculdade de Educação, mestre em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional e doutor em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação, todos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Silva (idem) tem captado a atenção de inúmeros(as) leitores(as) sedentos(as) por publicações fluídas e envolventes no campo da antropologia. Sua etnografia tem na Lapa no Rio de Janeiro como um universo de pesquisa tomado como espaço social e território boêmio da cidade. No referido território, o autor encontra e delimita o grupo investigado, ou seja, as travestis.

Ainda segundo Hélio Silva (idem), as travestis vivem e se relacionam com as pessoas no contexto em que estão inseridas, mas, há uma dupla identidade. Por um lado, uma identidade própria, voltada para a constante procura da beleza, dos vestidos mais bonitos, da maquiagem mais convincente, num forte movimento exibicionista. Por outro, a identidade criada pela sociedade que, a cada demonstração e aparição das travestis, ri, faz piadas em tom jocoso e irônico e as agride verbalmente de forma perversa.

Larissa Pelúcio⁸ (2007), por sua vez, em uma leitura posterior do tema, recomenda cautela quanto à definição de travestis como pessoas que realizam modificações corporais que as aproximem dos símbolos lidos socialmente como próprios da feminilidade, apesar de compreenderem a si mesmas como homens que se relacionam sexual e afetivamente com outros homens. Persistia, à época de sua análise, uma compreensão de que a diferenciação de travestis e mulheres transe consubstanciava-se em face do desejo destas em extirpar o membro sexual masculino, percepção bastante questionável atualmente.

Outra contribuição de Pelúcio (idem) para melhor compreender as travestilidades reside na existência de hierarquias definidas pelo “capital corporal”, que garantem a possibilidade de se redistribuir geograficamente nos pontos de prostituição, num processo de construção de uma identidade a partir da territorialidade, cujos códigos implícitos permitem que as travestis lidas como mais belas possam permear as regiões com clientes mais abastados, enquanto aquelas cujos corpos ou performances então entendidos como insuficientemente admiráveis somente circulam em áreas mais perigosas, afastadas e com oferta de clientes de baixo poder aquisitivo.

Deve-se apontar, contudo, que o entendimento mais atual da construção das feminilidades das travestis revela uma complexidade pautada em autopercepções e performances diversas, articuladas a processos sociais, econômicos e políticos específicos a cada pessoa. Para Pereira e Lemos (2021), mais que um conceito normativo, é preciso compreender o contexto histórico e político que o termo travesti tem carregado na sociedade brasileira. A identidade travesti, sob um

⁸ Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), realizou Pós-doutorado na Université Paris 8 - Vincennes - Saint Denis. Suas pesquisas abordam temas como gênero, sexualidade, saúde, mídias digitais a partir de diálogos com a Teoria Queer, as epistemologias feministas e os saberes subalternos. É autora do livro "Abjeção e Desejo - uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids" e "Amor em Tempos de Aplicativos - masculinidades heterossexuais e a nova economia do desejo" (Annablume).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

olhar político, coloca em xeque a lógica binária de gênero, além de ser uma construção latino-americana.

Nessa esteira, Silvana Marinho⁹ (2017) interpreta a travestilidade como uma identidade variante do feminino, considerando que as travestis vivem e se apresentam socialmente como pertencentes ao gênero feminino.

Nos textos analisados, a figura de indivíduos trans ganha maior autonomia e foco de análise a partir dos estudos das Ciências Médica e PSI (psicologia, psiquiatria e psicanálise) acerca do “transexual universal”, isto é, um transtornado mental que acredita ser um homem/mulher no corpo errado, com aversão às suas genitálias, de poucos interesses sexuais, com tendências suicidógenas, e que deseja a cirurgia de transgenitalização a qualquer custo.

Em suas pesquisas, Berenice Bento¹⁰ (2006 e 2008) contradiz tais pressupostos do “transexual oficial” ou “transexual verdadeiro” de Harry Benjamim (1966), quando define e separa as categorias de sexo (biológico), gênero (cultura) e sexualidade (subjetividade), apontando incongruências entre o que pressupõem as Ciências Médicas e PSI e as realidades encontradas nos seus estudos de campo.

Observa-se que em Berenice Bento (idem) pode ser identificada a importância de se pensar identidade de gênero e orientação sexual como categorias distintas, ainda que sejam inúmeros os atravessamentos entre tais conceitos na (re)construção dos corpos. Trata-se de uma escolha, não somente metodológica, mas, também, política, que marca uma importante posição na trajetória dos estudos trans, pois insere nas pesquisas sobre o tema preocupações pertinentes ao movimento social LGBTI+ que, agora politicamente organizado, vê espaço para fazer valer suas reivindicações em diferentes aspectos da vida social que concernem suas existências.

⁹ Professora Adjunta do Departamento de Política Social da Faculdade de Serviço Social da UERJ. Graduada em Serviço Social na ESS/UFRJ, tendo realizado o Mestrado Acadêmico em Serviço Social no PPGSS/UFRJ como Bolsista Nota 10 FAPERJ e o Doutorado Acadêmico em Serviço Social no PPGSS/UFRJ como Bolsista CAPES. Também é Especialista em Políticas Públicas e Cultura de Direitos pelo NEPP-DH/UFRJ e em Gênero e Sexualidade pelo IMS/UERJ. Atualmente, é conselheira do CELGBTI+/RJ, colabora como pesquisadora no Laboratório Interdisciplinar de Estudos e Intervenção em Gênero (LIEIG/ NEPP-DH-UFRJ), no Observatório do Trabalho e Políticas Públicas (OTPP/UERJ) e coordena o Projeto de Extensão Transresistências: Mulheres trans, território, cidadania e violência, entre paradoxos e resistências (FSS/UERJ).

¹⁰ Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás. É mestra em Sociologia pela Universidade de Brasília (1998) e doutora pela mesma universidade (2003). Sua atividade de pesquisa concentra-se em temas relacionados a gênero, sexualidade e direitos humanos. Foi considerada "uma referência incontornável para os estudos recentes de gênero no campo das ciências sociais". Lecionou na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2009-2017), onde coordenou o Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Diversidade Sexual, Gêneros e Direitos Humanos (2010-2013). Desde 2017 é docente da Universidade de Brasília. Suas atividades de ensino, pesquisa e extensão estão articuladas com sua inserção no debate político nacional e internacional em torno dos Direitos Humanos, numa perspectiva interseccional. É membra do corpo editorial e articulista de várias revistas acadêmicas e também colaboradora da revista Cult, desde 2015.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Nesse sentido, os elementos que compõem a tríade sexo-gênero-sexualidade revelam-se imbricados uns aos outros no senso comum, entendimento resultante de heranças culturais e históricas que atribuem uma dura e perversa essencialização à dualidade dos gêneros, limitando o uso de performances a cada sexo num processo de naturalização de rigidez das identidades. A linguagem e as instituições dão suporte e fiscalizam os deslocamentos, corrigindo-os aos "pressupostos naturais", conferindo caráter patológico aos comportamentos ditos "desviantes" (BENTO, 2006).

Como mencionado, hegemonicamente, a transexualidade era analisada como um transtorno de gênero, ou seja, uma enfermidade. Berenice Bento (2008), todavia, defende a tese de que a concepção que atrela e limita o gênero à genitália gera necessariamente trânsitos identitários que explicitam a esbarram nos limites dessa concepção.

Por conseguinte, vincular comportamento ao sexo, gênero à genitália, definindo o feminino pela presença da vagina e o masculino pelo pênis, remonta ao século XIX quando o sexo passou a conter a verdade última de nós mesmos (FOUCAULT, 1985, p.65).

Logo, o sistema binário (masculino versus feminino) produz e reproduz a ideia de que o gênero reflete e espelha o sexo e que, por conseguinte, todas as outras esferas constitutivas dos sujeitos estão amarradas a esta determinação inicial: a natureza constrói a sexualidade e posiciona em corpos de acordo com as supostas disposições naturais.

Cabe destacar, ainda, que data do século XX considerar as Ciências PSI como os saberes apropriados e exclusivos para desvendar os mistérios que levam a pessoa de um sexo reivindicar o reconhecimento social de outro. Esse protagonismo revela que os trânsitos entre os gêneros nas sociedades ocidentais passaram a ser interpretados como doença.

Guilherme Almeida¹¹ (2012), em uma pertinente análise acerca dos novos matizes na aquela das masculinidades, assevera que: "o termo "transexual" é concretamente cunhado pela classificação médico-psiquiátrica internacional, que reiterou, ao longo de décadas, a ideia de que pessoas trans padecem de um 'transtorno', destituindo-as de parte da autonomia e autorizando discursos e condutas variadas dos profissionais de saúde, que vão desde as 'boas práticas' às práticas meramente prescritivas, autoritárias e desrespeitosas" (ALMEIDA, idem, p. 517-518).

¹¹ Graduação em Serviço Social pela UERJ. Mestre em Ciências pela FIOCRUZ e Doutor em Saúde Coletiva pelo IMS/UERJ. Possui experiência técnico-científica na área da saúde coletiva, assistência social e direitos humanos. Desenvolveu estudos, ações extensionistas e assessorias voltadas especialmente à política de saúde e às relações de trabalho. Tem a produção técnico-científica dirigida a temas como: relações de gênero, sexualidade, saúde sexual, direitos sexuais, diversidade sexual e diversidade de gênero, numa perspectiva interseccional e com foco na gestão das políticas sociais. Atualmente é professor adjunto e vice-diretor da Escola de Serviço Social da UFRJ.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Para o referido autor (ibidem), ser incluído na categoria trans não implica a desassociação do estigma de 'doente mental', uma vez que o termo "transexual" também contribui para transformar pessoas em estereótipos, em que subjetividade, desejo e contexto sociocultural são desconsiderados:

Alguns homens trans de fato rejeitam o termo "transexual" porque veem a transexualidade como algo transitório que será superado pelo acesso às tecnologias médicas/cirúrgicas e ao reconhecimento judicial. Para eles, não se trata da negação do termo "transexualismo" ou "transexualidade" por seu caráter patologizante, mas de uma rejeição a serem vistos como distintos dos demais homens (ALMEIDA, 2012, p. 518).

Berenice Bento (2006 e 2008), por outro lado, sugere que a transexualidade é uma experiência identitária, caracterizada pelo conflito com as normas de gênero. Essa definição confronta-se com a tese aceita pela medicina e pelas Ciências PSI que a qualificavam no passado como uma "doença mental", relacionando-a, anteriormente, ao campo da sexualidade e não ao gênero.

Nessa esteira, definir a pessoa trans como doente é aprisioná-la, fixá-la em uma posição existencial que encontra no próprio indivíduo a fonte explicativa para os seus conflitos, perspectiva bastante divergente de quem a interpreta como uma experiência identitária (TRINDADE, 2014).

Por consequência, ser trans ou travesti envolve um conjunto de fatores que se deslocam do campo biológico e se inserem nas relações sociais, envolvendo a necessidade de imersão e compreensão da família, da comunidade, do mercado de trabalho, da habitação, dos relacionamentos afetivos, da intolerância e do aparato legal que, em tese, deveriam lhes garantir direitos. Logo, o trabalho do Serviço Social junto à população trans e travesti configura-se como um rico campo de atuação e intervenções no uso de suas competências profissionais e atribuições privativas (ROCON; SODRÉ; DUARTE, 2018).

Como se percebe, a construção de identidades não patologizadas, politicamente articuladas e socialmente integradas consiste numa vivência que se inicia no corpo e encontra peculiaridades nos entendimentos de acadêmicos e nas experiências de indivíduos que extrapolam a corporeidade e a performance. Ademais, em muito pouco tempo foi percebida a existência de um leque identitário que não cessa de se diversificar e os estudiosos da temática buscam, cada qual a seu modo, contribuir para a legitimação desse fenômeno.

2. A apropriação de temas relacionados à transexualidade pelo Serviço Social

Em 1993, realizava-se no Rio de Janeiro (RJ) o primeiro Encontro Nacional de Travestis e Liberados (ENTLAIDS), com o tema “Cidadania não tem roupa certa”, contando com a presença de quase 100 participantes de diferentes estados brasileiros (CARVALHO, 2011, p.29).

Tratava-se, assim, do início de um processo de autonomização das travestis e mulheres trans em relação ao macro movimento LGBT, que traz, inclusive, profundas ressonâncias à atualidade. Cumpre destacar, ainda, que a reivindicação por direitos e políticas públicas desse grupo social estava somente começando.

Tais reivindicações estenderam-se pela década de 1990, engendrando novas complexidades e efetivando conquistas bastante importantes, tais como: a inclusão da temática trans nos documentos governamentais, sobretudo, do campo dos direitos humanos; a queda em 1997 da proibição das cirurgias genitais no Conselho Federal de Medicina (CFM); o direito – consagrado em 2008 – a realizar modificações corporais pelo Sistema Único de Saúde (SUS); a possibilidade de retificação judicial de nome e sexo (ainda que no início houvesse restrições importantes); em seguida esta mesma requalificação civil foi retirada do âmbito do Poder Judiciário e repassada aos cartórios, sem necessidade de judicialização (TRINDADE, 2019); o direito ao uso do nome social e ao banheiro em conformidade com a expressão de gênero (em diferentes documentos governamentais e alguns da iniciativa privada, ao longo da segunda década dos anos 2000), dentre outros marcos importantes (CFESS, 2020).

Por outro lado, jamais foi tão visível – quanto nas últimas décadas – a violência historicamente praticada contra a população trans. Em consonância com os dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), em 2017, a Anistia Internacional estimou que a expectativa de vida deste segmento populacional no Brasil permanece em torno dos 30 anos, um contraste diante de uma perspectiva de vida que pode chegar, entre a população cisgênera¹², aos 70 anos ou mais.

Além dos evidentes homicídios, a população trans permanece vivenciando prejuízos no acesso ao mercado de trabalho e à renda, sendo frequentemente expulsa de suas famílias, rejeitada em espaços públicos, negligenciada e/ou sofrendo maus tratos nos serviços de saúde, educacionais e em tantos outros.

Como se sabe, em 1993, um novo Código de Ética do/a Assistente Social foi instituído e incluiu o veto à discriminação pelo que era chamado então (e tão somente) de “opção sexual”.

¹² Resumidamente, o indivíduo é considerado cisgênero quando se identifica com a identidade de gênero que lhe foi atribuída ao nascer.

Mais tarde, já nos anos 2000, atento à literatura mais crítica sobre o tema, o termo foi substituído por “orientação sexual” (CFESS, 2020).

Nos anos 2000, o Conjunto CFESS-CRESS oportunizou novos espaços para a discussão do tema na profissão, e à criação e divulgação de campanha relativa à temática, bem como a publicação de resoluções que visaram a regulamentar o posicionamento dos/as profissionais diante de temas como o uso da linguagem de gênero, os preconceitos e as discriminações, bem como o uso do nome social.

Foram sendo construídas, por conseguinte, normativas que emergiram de pautas engendradas no Conjunto CFESS-CRESS, a partir de sua relação com as lutas sociais por direitos, travadas na sociedade brasileira. Não se trata, portanto, de discussões que partiram do acaso ou da postura individual de conselheiros/as, mas, que brotaram diretamente do protagonismo dos movimentos sociais, motivados pelo enfrentamento das novas expressões da questão social (CFESS, idem).

Ainda no final da década de 1990, assistiu-se, também, ao surgimento de alguns ensaios críticos e aos primeiros estudos e relatos de práticas profissionais de assistentes sociais especificamente preocupados/as com o público LGBTI+, publicados nos Anais dos CBAS e, posteriormente, dos Enpess.

Tais pesquisas foram sendo adensadas ao longo dos últimos 20 anos. Com efeito, tem sido bastante vasta a produção sobre gênero na profissão, sendo crescentes, também, os estudos sobre diversidade sexual e de gênero. Isto vem se refletindo na constituição de novos núcleos de estudo e pesquisa sobre tais temas, na produção de programas de graduação e de pós-graduação lato sensu, num número substantivo de monografias em vários lugares do país (CFESS, ibidem).

Ademais, na pós-graduação stricto sensu, houve um crescente número de dissertações, teses, artigos técnico-científicos e livros versando sobre tais temas. Também foi possível observar que os periódicos da profissão vêm dedicando alguns números temáticos e dossiês exclusivos sobre as temáticas supracitadas, tornando-as mais permeáveis à produção de assistentes sociais.

É fato absolutamente inconteste a conjuntura atual de crise do capital e ressurgimento de cosmovisões cada vez mais conservadoras e restritivas dos direitos humanos no cenário internacional e nacional (não apenas no âmbito da máquina estatal).

Tal conjuntura tem sido cancelada por um cenário em que imperam as características de uma teocracia cristã, ultraliberal e misógina, na qual se pode afirmar que os direitos de pessoas



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

trans, de mulheres, sobretudo, pretas e pardas seguem sendo ameaçados. Daí a pertinência, mais do que nunca, de reafirmar a importância da participação democrática, da laicidade e transparência do Estado e do compromisso com a justiça social, expressos, também, no uso do fundo público em benefício da classe que vive do seu trabalho.

Diante do exposto, observa-se que o trabalho da assistente social junto à população trans e travesti perpassa pela compreensão dos processos de trabalho, inseridos, por sua vez, na dinâmica do modelo de produção capitalista. Qualquer análise descolada da realidade macrosocial ignora os emaranhados contraditórios que sustentam as relações desiguais de gênero e reproduzem ações esvaziadas de conteúdo teórico-metodológico e ético-político (PEREIRA; LEMOS, 2021).

Entende-se que para desvelar o trabalho da assistente social no que diz respeito à população trans e travesti é necessário, igualmente, levar em consideração a trajetória histórica de amadurecimento do Serviço Social, tanto do ponto de vista teórico quanto político. A baixa produção acadêmica revela que é preciso um esforço maior da categoria profissional em se aproximar dessas importantes reflexões (PEREIRA; LEMOS, idem).

Assim, por meio do projeto ético-político da profissão, verifica-se que esta é uma temática relacionada intimamente aos princípios defendidos pelo Serviço Social, sendo, por consequência, um campo importante de atuação para as assistentes sociais. Reconhecer a transfobia como, não somente uma expressão da questão social, mas uma problemática que atravessa a vida em sociedade possibilita a imersão nos desdobramentos da relação capital e trabalho. Esse reconhecimento é fundamental para compreender a origem dos desafios, estruturais e situacionais, com os quais se depara as profissionais do Serviço Social nos espaços ocupacionais.

Segundo Andrea Moraes¹³ (2018), o Serviço Social produziu em sua história recente uma importante contribuição aos estudos no campo das relações de gênero. A discussão em torno da referida categoria está presente nas pesquisas da área, e, além disso, assistentes sociais atuam diretamente com as dimensões que envolvem o debate sobre gênero, com especial destaque para os trabalhos sobre violência e direitos reprodutivos.

¹³ Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, mestrado em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro e doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente, é professora titular da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, velhice, sexualidade, gerações e antropologia.

Os sentidos atribuídos ao gênero no campo do Serviço Social são variáveis – e isto, por óbvio, não é uma exclusividade da nossa área (ALVES, idem) – posto que, nos anos 1990 Joan Scott já apregoava que gênero é um conceito em permanente disputa. Logo, seu significado nunca se estabiliza.

Além disso, há no cotidiano de intervenção profissional demandas que perpassam a questão de gênero, raça/etnia e diversidade sexual, como abuso sexual, violência contra mulheres, gravidez na adolescência, dificuldades em relação ao planejamento familiar, direitos reprodutivos, mulheres chefes de família, mulheres idosas vivendo sozinhas e/ou sustentando suas famílias, discriminação no mundo do trabalho, assédio moral e, também, sexual, luta por cotas e ações afirmativas, garantia de direitos sexuais, como a oficialização do casamento civil para pessoas LGBTI+, atendimento de vítimas de lgbtfobia, discriminação e preconceito em relação à raça, dentre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Bento (2006), a aproximação com a transexualidade é reveladora das convenções sociais sobre a masculinidade e a feminilidade. Diariamente, profissionais da saúde, juízes, advogados, professores, parlamentares, amigos e familiares são instados a se posicionar e a encontrar sentidos para as demandas de pessoas que reivindicam o pertencimento a um gênero distinto daquele que lhe foi imposto.

Pessoas que solicitavam cirurgias de transgenitalização eram expulsas de casa, não conseguiam estudar, não conseguiam emprego, eram excluídas de todas as áreas sociais, entravam na justiça para solicitar a mudança de nome e de sexo em seus documentos civis, dentre outros transtornos que atravessavam as suas vidas (BENTO, 2011).

Logo, um conjunto de instituições sociais era posto em ação cada vez que alguém afirmava: “não me reconheço nesse corpo, não me identifico com o gênero imposto, quero uma cirurgia corretiva do meu sexo, não suporto esses seios que me aprisionam ao destino materno” (BENTO, idem, p. 550).

Essas anunciações reverberam nas instituições sendo proferidas por pessoas à época consideradas “transtornadas”, sem condições de significar suas dores porque, por vezes, não encontravam lugar no mundo e não conseguiam, portanto, dar sentido às suas existências (BENTO, ibidem).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Nessa esteira, nas últimas décadas o Serviço Social brasileiro aproximou-se de maneira muito competente das discussões sobre as desigualdades de gênero, transexualidade, travestilidades, raça/etnia e diversidade sexual, produzindo – especialmente a partir dos anos 2000 – uma vasta literatura sobre tais temas. Contudo, tratam-se de discussões e debates que ainda suscitam inúmeras controvérsias no âmbito da profissão e exigem, portanto, aprofundamento teórico.

De acordo com Gracyelle Ferreira¹⁴ (2020), a nossa profissão olhou para si mesma situada na dinâmica da vida em sociedade, incorporou criticamente o debate sobre as relações de produção e reprodução capitalista para ir além daquilo que lhe foi reservado pela lógica dominante. Todavia, chegou o momento de o Serviço Social olhar para si e para a sociedade novamente, considerando de forma consciente o debate de raça e, obviamente, as discussões de gênero e sexualidade.

Nesse sentido, quando se abordam os desafios que envolvem a transexualidade, deve-se levar em consideração, também, a cisgeneridade, que insiste em posicionar pessoas trans à margem dos espaços de decisão e de poder, decisão, inclusive, sobre suas próprias vidas e seus corpos.

Desse modo, as assistentes sociais devem estar capacitadas para intervir junto às demandas da população trans, a fim de qualificar o atendimento, fortalecer seus direitos e as suas diversidades de existência. Assim, a Resolução n. 845, de 26 de fevereiro de 2018, do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), assinala que o trabalho da(o) assistente social deve se pautar pela integralidade da atenção à saúde, levando em consideração as diversas necessidades dos sujeitos, indo além de um modelo baseado no atendimento focalizado em procedimentos hormonais ou cirúrgicos.

Ademais, também advoga que tais profissionais deverão contribuir para “[...] a promoção de uma cultura de respeito à diversidade de expressão e identidade de gênero, a partir de reflexões críticas acerca dos padrões de gênero estabelecidos socialmente” (CFESS, 2018, p. 2).

¹⁴ Professora no Departamento de Política Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pós-doutora em Serviço Social pela PUC-São Paulo. Pesquisadora visitante na Universidade de Harvard, vinculada ao Afro-Latin American Research Institute at the Hutchins Center. Vencedora do Prêmio Capes Tese 2021, com a melhor tese do país na área de Serviço Social. Doutora e Mestre em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro com período sanduíche nos Estados Unidos, na University of Texas at Austin. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Sankofa: Racismo, Política social e Transgressões na Diáspora. Especialista em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça pela Universidade Federal da Bahia. Graduada em Serviço Social pela Universidade Presidente Antônio Carlos. Pesquisadora associada à Associação Brasileira de Pesquisadoras (es) Negras (os). Assistente social com experiência no Sistema Único de Assistência Social. Estudos com ênfase em: raça, nação, racismo e política social no Brasil; assistência social; Diáspora Africana nas Américas; formação social brasileira e teoria social crítica.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Tendo isso em mente, considera-se fundamental discutir os desafios que permeiam o trabalho das assistentes sociais no atendimento a esse público específico, analisando as possibilidades de intervenção diante da realidade concreta.

Logo, aprofundar a discussão sobre as temáticas de sexualidade e diversidade de gênero – por meio das próprias disciplinas oferecidas no âmbito da formação em Serviço Social, nos projetos de extensão, e a partir de grupos de pesquisa, incentivando ações voltadas ao corpo social da Escola de Serviço Social –, poderá resultar em novas dinâmicas, que começam a associar tais elementos como fundamentais para um entendimento mais aprofundado das relações sociais e suas implicações, interseccionando com a questão racial e de classe (LOIOLA, 2024).

Tais articulações não somente tornam os temas em evidência, como contribuem para uma diversidade de capacitações, tanto no âmbito acadêmico, quanto cultural e socialmente, dialogando com uma parcela da sociedade que luta historicamente contra a estigmatização e a marginalização de si mesmos e de seus saberes.

Cabe assinalar, também, que não obstante haver um enorme esforço por parte dos movimentos sociais, o engessamento político, social, o preconceito e o processo de invisibilidade deste segmento ainda trazem muito sofrimento para as pessoas LGBTI+.

Por conseguinte, considerando o cenário de discriminação, transfobia, lgbtfobia e inúmeras violências institucionais, o presente artigo não somente propõe uma reflexão sobre o lugar social da transexualidade, como pretende fomentar a discussão acadêmica, para que as pessoas trans deixem de ser consideradas, pelo senso comum, “transtornadas” ou, como em muitos casos, um fenômeno exótico.

A diversidade sexual é um direito vinculado à autonomia e à liberdade de expressão, valores fundamentais da Constituição Federal de 1988. Garanti-la, portanto, inclui legitimar socialmente todas as identidades de gênero, avançando na construção de uma sociedade mais justa, tolerante e solidária. Nesse sentido, é preciso desconstruir conceitos e reconstruí-los numa outra esfera, com um novo olhar e sob uma nova luz.

Por fim, as ações fascistas e anti-democráticas que afloraram no cenário brasileiro dos últimos anos, motivadas pela intolerância e por um nefasto conservadorismo, não têm se mostrado refratárias apenas às lutas por direitos sexuais ou às reivindicações da população LGBTI+; pelo contrário, são expressões de um ideário que defende ou patrocina outras iniciativas deletérias, como a redução da maioria penal, o estatuto da família e do nascituro, as



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

perseguições a religiões de matriz africana, a supressão de direitos para mulheres e indígenas, dentre outras.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Guilherme, 'Homens trans': novos matizes na aquarela das masculinidades?. **Revista Estudos Feministas** (UFSC. Impresso), v. 20, p. 513-523, 2012.

ALVES, Andrea Moraes. Pensar o gênero: diálogos com o Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 132, p. 268-286, maio/ago. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.141>. Último acesso em: 23 de março de 2020.

BENTO, Berenice. **A (re) invenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond/CLAM, 2006.

_____. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense - Coleção Primeiros Passos, 2008.

_____. Na Escola se Aprende que a Diferença Faz a Diferença. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 19(2): 336, maio-agosto/2011. p. 549-559. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000200016/19404>. Acesso em 20 de agosto de 2024.

CARVALHO, Mario. Que mulher é essa? Identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais. **Dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social - Gestão "É de batalhas que se vive a vida!" (2017-2020). **Seminário Nacional de Serviço Social e Diversidade Trans Exercício profissional, orientação sexual e identidade de gênero em debate**. Compilado das palestras do evento realizado nos dias 11 e 12 de junho de 2015, em São Paulo (SP). Brasília (DF), 2020.

FERREIRA, Gracyelle Costa. Raça e nação na origem da política social brasileira: União e Resistência dos trabalhadores negros. **Tese de Doutorado**: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2020.

KULICK, Don. **Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2008.

LOIOLA, Gabriel Araujo. Dois Dedinhos de Prosa sobre Colonialismo, Capitalismo, Relações de Gênero e Raça: reflexões para o Serviço Social Brasileiro. **Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)**. Escola de Serviço Social (ESS), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, junho de 2024.

MARINHO, Silvana. Serviço Social e população trans: um debate sobre questão social e suas expressões na cena contemporânea. **Serviço Social em Perspectiva**, v. 1, n. 1, p. 103- 125, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/799>. Acesso em: 31 jul. 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

PELÚCIO, Larissa. Nos Nervos, Na Carne, Na Pele - uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de AIDS. **Tese (Doutorado)**, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFSCAR, 2007.

PEREIRA, Bárbara Cristina Silva; LEMOS, Silse Teixeira de Freitas. O trabalho do/a assistente social no atendimento à população transgênero e travesti. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 142, p. 529-548, set./dez. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/zKFSBsXcX9XrFDKMR53ccHv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 31 jul. 2024.

ROCON, Pablo Cardozo; SODRÉ, Francis; DUARTE, Marco José de Oliveira. Questões para o trabalho profissional do assistente social no processo transexualizador. **Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 523-533, dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rk/v21n3/1982-0259-rk-21-03-00523.pdf>. Acesso em: 31 de jul.de 2024.

SILVA, Hélio. **Travesti. A invenção do feminino**. Etnografia. Rio de Janeiro: Dumará, 1993.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, v. 16, n.2. Faculdade de Educação, UFRGS. Porto Alegre. 1990. p. 57-69.

TRINDADE, Mably. A assistência à saúde de pessoas transexuais: aspectos históricos do processo transexualizador no Estado do Rio de Janeiro. 2014. 215 f. **Dissertação (Mestrado em Serviço Social)** – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

_____. Em Busca de Reconhecimento: limites e desafios dos processos de requalificação civil de pessoas trans no Rio de Janeiro. **Tese (doutorado)** – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2019. 346 f.